

# Corpos deficientes, seus movimentos políticos por inclusão e seus agenciamentos no Ensino Superior

**Brasileiro:** um ensaio à luz da filosofia da diferença

Pedro Angelo Pagni

## Como citar:

PAGNI, Pedro Angelo. Corpos deficientes, seus movimentos políticos por inclusão e seus agenciamentos no Ensino Superior Brasileiro: um ensaio à luz da filosofia da diferença. *In*: MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; CIANTELLI, Ana Paula Camilo (org.). **Inclusão universitária no século XXI: dilemas atuais**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p. 27-78. DOI: <https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-342-7.p27-78>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# CAPÍTULO 1

## **Corpos Deficientes, seus Movimentos Políticos por Inclusão e seus Agenciamentos no Ensino Superior Brasileiro: um ensaio à luz da Filosofia da Diferença**

---

*Pedro Angelo PAGNI<sup>1</sup>*

### **Introdução**

O acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior tem sido visto como uma das conquistas das lutas de seus movimentos políticos por inclusão educacional e por justiça social. Esses movimentos ganharam força nas últimas cinco décadas, sofrendo alguns reveses nos últimos anos em países da América Latina e, especialmente, no Brasil. Esses reveses decorreram, de um lado, da reconfiguração de forças sofridas com a ascensão ao poder estatal de um ultraliberalismo neoconservador; de outro, das sombras que acompanharam seus embates internos que, não

---

<sup>1</sup> Professor associado da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília.  
E-mail: pedro.pagni@unesp.br. ORCID: 0000-0001-7505-4896.

obstante a conquista de certo reconhecimento histórico de sua condição de sujeito de direitos, fez ressurgir nos últimos cinco anos uma visão retrógrada no sentido integrativo na inclusão educacional brasileira.

Interessa a este capítulo ensaiar um olhar heterogenealógico sobre os percursos desses movimentos, partindo do problema da “indignidade de falar pelo outro” enunciado por Gilles Deleuze em um debate com Foucault (1990), evidenciando, em grossos traços, algumas tensões internas e situando historicamente a emergência de um outro ponto de vista sobre a inclusão educacional brasileira.

O problema enunciado por esses filósofos da diferença é apropriado neste capítulo para interpelar a dimensão ética ignorada pelos saberes produzidos sobre a deficiência e as epistemes nas quais se apoiam para a compreendê-la como um desvio que necessita de correção, segundo os modelos médicos e alguns sociológicos, para se aproximar da norma e da regulamentação social. Esse ponto de vista ético interpela a objetivação daquele corpo, ao assujeitá-lo a tecnologias de reabilitação à luz daqueles saberes e ao submetê-lo a dispositivos de poder que ignoram sua singularidade, invisibilizam sua expressividade e, quando possível, silenciam seus enunciados discursivos.

Dessa forma, falam sobre esse corpo designado de deficiente, tratam dele e, por meio de saberes e tecnologias, o enquadram a uma normalização com vistas a integrá-lo ou, mesmo, a uma regulamentação social que se propõe inclusiva, porém, excludente, porque é feita para e não com ele.

Mesmo na passagem de um modelo integrativo para um modelo político-social inclusivo salientada por uma literatura

conhecida (SASSAKI, 1997; MANTOAN, 2003), pouca atenção foi dada a esse saber produzido conjuntamente a tecnologias que ao invés de subjugar esses corpos evidenciasse sua potência para se rever a normatividade e regulação social vigentes, assim como aos movimentos políticos que empreenderam historicamente em prol de inclusão educacional e justiça social, assumindo certo protagonismo em suas lutas pela afirmação da vida, de seus modos de existir e de ser no mundo. Em outras palavras, numa passagem de objeto de saberes, de poderes e de políticas públicas a atores ou parceiros de sua construção.

Este é o objetivo geral deste capítulo ao considerar a proveniência dos movimentos das pessoas com deficiência. Especificamente, para isso, analisa-se criticamente as tensões internas de tais movimentos, os indícios do escape à norma médica e a normalidade social com o intuito de problematizar os modelos dos saberes que nelas se pautaram, assim como assinala os poderes emergentes de um *corpo comum* como qualquer outro em suas lutas por educação inclusiva e justiça social.

Mediante tal análise e apontamentos, interessa vislumbrar no *corpo comum* formado com a presença de múltiplas inscrições de corpos deficientes, negros, gays, dentre outros, no ensino superior, a potencialidade gerada pelos seus encontros e as formas como agenciam linhas de fuga a uma molaridade e modelagem social, assim como a sua clandestinidade aos paradigmas de inclusão e de cultura universitária vigentes.

Dessa forma, se ensaia neste capítulo um olhar heterogenealógico sobre esses movimentos de pessoas com deficiência na qualidade de um de seus aliados e se discute a

possibilidade de pensar sob a ótica filosófica da diferença a formação de um *corpo comum* no ensino superior.

Propõe-se a pensar em um corpo, assim, onde as arestas de sua inclusão educacional sejam evidenciadas e as suas lutas devenham latentes, como veias que pulsam no sentido de deslocar a cultura hegemônica dessas instituições de seu eixo para se abrir ao acolhimento desse corpo outro, no qual se inscrevem as diferenças e emerge os devires minoritários de um *povo que falta*, para usar a expressão de Deleuze (1997).

O que implica em assumir este ensaio como tangenciando uma escrita literária que escreve por esse povo, não em lugar dele, mas *em intenção de* um por vir, ou melhor seria dizer, de uma fabulação em que se o contorna, dando relevo a sua presença e a sua existência, já que nem sempre ocupa lugar de fala ou desenha curvas enunciativas, como é o caso das pessoas com deficiência.

### **Entre o protagonismo do sujeito de direitos e a objetificação dos saberes especializados: movimentos políticos das pessoas com deficiência no Brasil**

Os movimentos das pessoas com deficiência na América Latina e, particularmente, no Brasil ocuparam papel relevante nas lutas políticas das últimas décadas por inclusão educacional e justiça social. Júnior e Martins (2010) situaram a emergência desses movimentos em meados de 1980, com a assunção do protagonismo por parte das pessoas com deficiência e de seus aliados – familiares e especialistas – nas reivindicações por inclusão educacional e justiça social no Brasil.

Por sua vez, Bueno (1993), Januzzi (2012) e outros sugerem antecedentes pregressos a essas lutas políticas, articulando-o ao desenvolvimento da área da Educação Especial e a um movimento social *pelos* pessoas com deficiência.

Com vistas a pensar na genealogia histórica desses movimentos, de um ponto de vista diverso dessa restrição a um campo de saber e daquilo que se denominou de passagem de um modelo integrativo para um modelo inclusivo anteriormente mencionado, situarei a sua emergência no contexto político dos anos 1980, na medida em que esses corpos chamados deficientes se lançam, por intermédio de algum de seus atores e aliados, na cena dos debates, protagonizando algumas lutas específicas por direitos civis e justiça social, abandonando uma posição de subalternidade às associações que anteriormente os representavam.

O clima propiciado pela abertura política de 1984, com o fim da Ditadura Civil Militar, mobilizou os ativistas desse movimento político, com o intuito de diretamente ou por meio de seus representantes legislativos colaborarem ativamente com a Assembleia Nacional Constituinte que se responsabilizaria pela elaboração da Constituição Federal de 1988. Juntamente com militantes de outros movimentos sindicais, de Trabalhadores Sem Terra, afrodescendentes, dentre outros, em busca de justiça social, esses ativistas com seus aliados lutaram por direitos à educação para todos e de seguridade social. Interessava a eles, também, introduzirem um capítulo sobre os seus direitos na referida Carta Magna. Estrategicamente, tendo em vista a federalização das instituições especializadas para cada deficiência em particular e da

impossibilidade de se reunirem numa única confederação, eles se organizaram em uma comissão que teve papel decisivo nessa luta.

Contudo, se os direitos gerais foram assegurados pela Constituição de 1988, a conquista desses direitos específicos somente foi regulamentada com a publicação da Lei no. 13.146 de 06/07/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) –, portanto, quase três décadas depois. Por sua vez, contribuíram para essa conquista uma série de fatores externos<sup>2</sup> e, não sem algumas tensões, de gradativas vitórias internas desse movimento da sociedade civil junto à sociedade política brasileira<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Dentre os fatores externos destacamos o decisivo papel da Organização das Nações Unidas (ONU) que, em 1981, com a proclamação do Ano Internacional da Pessoa com Deficiência (AIPD), concorreu para a mobilização do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil e em outras partes da América Latina. No continente, a Organização dos Estados Americanos (OEA) levou à cabo essa tarefa ao fomentar o Programa de Ações Mundiais para as Pessoas com Deficiência (Resolução ONU 37/52 – 03/12/1982) e ao implementá-lo (Resolução ONU 45/91 – 14/12/199), no que se denominou de uma década (2006 a 2016) de ações voltadas a esse público em nível global. Essas ações globais não apenas mobilizaram o movimento político brasileiro das pessoas com deficiência, como também contou com a participação de alguns de seus ativistas, que reciprocamente colaboraram para esse plano global, assim como para sua implementação nas décadas subsequentes, inspirados por um paradigma de inclusão educacional e um modelo social de deficiência. Papel crucial desempenhou também Declarações como a de Salamanca (UNESCO, 1994) que serviu como um norte para essas ações globais, com grande repercussão para que o governo estatal brasileiro assumisse um compromisso com esse movimento transnacional pela inclusão das pessoas com deficiência, ao mesmo tempo em que fosse pressionado pela sociedade civil a implementar algumas medidas em relação tanto a esse público quanto à educação inclusiva.

<sup>3</sup> Decorreu dos compromissos com os organismos internacionais e a sociedade civil brasileira algumas propostas que, antecedendo o Estatuto da Pessoa com

A implementação de um plano de educação inclusiva no Brasil, analisado em outra ocasião (PAGNI, 2019b), porém, não ocorreu sem disputas internas a esse movimento político e sem um embate significativo com os aliados que, taticamente, engajaram-se para que essas pessoas se constituíssem em sujeitos de direitos. Afinal, as disputas internas e esses embates ocorriam largamente nesse contexto de abertura política brasileira, como revelam as entrevistas com ativistas desse movimento político das pessoas com deficiência (JÚNIOR; MARTINS, 2010).

Nessas entrevistas se encontra a menção comum a certo protagonismo de pessoas com uma determinada deficiência (deficientes físicos ou cegos, por exemplo) sobre outras (surdos e deficientes intelectuais), em razão de as barreiras linguísticas e cognitivas desfavorecerem para alguns o maior intercâmbio com o mundo normalizado. Ocorreu, igualmente, uma série de questionamento sobre se aqueles ou aquelas que iam representá-los junto ao poder público deveriam ser pessoas na mesma condição de deficiência ou, na qualidade de aliados, com abertura para as demandas vividas por elas.

As discussões sobre “a deficiência” ocorreram, em geral, em uma situação de registro, isto é, a partir do modo como elas foram

---

Deficiência em 2015, a publicação da Convenção de Direitos das Pessoas com Deficiência – regulamentado pelo Decreto 6949, de 03 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009) – e do Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Por meio dessa regulamentação quanto ao público e planejamento para a implementação de uma educação inclusiva garantiu-se o acesso dessa população à espaços públicos, o direito ao trabalho e ao lazer, o ingresso das pessoas com deficiência em escolas regulares da educação básica e, gradativamente – com a Lei de cotas para o ensino superior de 2003, no ensino superior brasileiro.



concebidas nos campos acadêmicos como os relacionados aos saberes médicos, sociológicos, psicosociológicos, filosóficos, dentre outros. Por vezes, se reportaram às representações das próprias pessoas com deficiência ou de seu reconhecimento, a partir desses saberes ou daqueles circulantes no senso comum, quando não presentes no aparato jurídico, nos documentos oficiais que regularam os seus direitos ou o estatuto de sua condição.

Contudo, parece haver uma determinação daqueles saberes e dessas práticas circulantes em torno da qual as pessoas com deficiência se reconheceram na formulação das políticas públicas inclusivas, muitas vezes elaboradas pelos chamados especialistas, dentre outros, sem que esse público efetivamente participe de sua elaboração. Seguiu-se, dessa forma, um padrão frequente em torno do qual aqueles que se autodenominam de especialistas exerceriam um poder velado sobre esse sujeito, ignorando o quão seria “indigno falar pelo outro” e o quanto isso implicaria num exercício de poder sobre esse outro, quando não de completo abuso ao legitimar formas de violência e, porque não dizer, de exclusão exercidas contra ele.

Um sinal de reversão desse jogo de poder, todavia, só começou a ganhar significação no Brasil a partir dos anos 1980, quando uma série de movimentos sociais, dentre eles, os das pessoas com a deficiência começaram a tomar para si o protagonismo de suas ações e, gradativamente, exigir sua conversão em uma atitude na enunciação das pautas políticas relacionadas ao direito desse público à cidadania nos anos 2000.

“Nada sobre nós sem nós”<sup>4</sup> foi o lema que emergiu da ação militante das pessoas com deficiência nesse período. A sua assunção promoveu maior participação desse público nos marcos dessas políticas, não obstante as divergências internas entre as várias deficiências e tensões expressas em um conjunto de entrevistas organizadas por Júnior e Martins (2010). Juntamente com o movimento pela vida independente dessas pessoas (SASSAKI, 2004), veiculado em países centrais do capitalismo e que atravessaram as demandas do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil, essa atitude fez com que elas exigissem maior participação na elaboração das políticas públicas voltadas a esse público no período.

Todavia, tal movimento político ainda se encontrava bastante aliado a um grupo de especialistas que, pautados num modelo social e na compreensão de que as lutas em jogo implicavam em reconhecimento e justiça social, forjou uma proposta de educação inclusiva, marcada pelo paradigma científico da norma ou da normalidade (PAGNI, 2019b).

No desenvolvimento desse movimento político também se observou uma mudança do perfil social e no grau de engajamento

---

<sup>4</sup> Originalmente, segundo Sasaki (2007), a frase foi expressa por William Rowland ativista negro sul-africano, em plena luta contra o apartheid nesse país, e adotada pela *Disabled People South Africa* (DPSA) em 1986. Alguns anos mais tarde, em 2001, foi retomada por Tom Shakespeare em uma palestra sobre a Deficiência como atitude, proferida numa universidade australiana e, no mesmo ano, adotado como lema por movimentos como *People First*, *Mencap*, *Change* e *Speaking Up* da Grã-Bretanha. Desde então ativistas de todo mundo tem adotado o lema e transformado essa frase numa bandeira de luta e do protagonismo das pessoas com deficiência na elaboração de políticas públicas voltadas a esse público.

das pessoas com deficiência graças a emergência de uma série de organizações menores e dispersas quanto as suas reivindicações por inclusão educacional e justiça social. Para alguns desses ativistas, a questão era a de continuar vivo e isto significava não apenas maior engajamento e ativismo político, mas visibilidade as suas pautas e agendas comuns, postulando publicamente a condição de ser um cidadão como qualquer outro.

Essa forma de pensar propiciou a esse movimento político maior reconhecimento das condições das pessoas com deficiência e sua afirmação ganhou maior representatividade a partir dos anos 2000, com a propagação de sua representação como um sujeito de direitos, mediante a implementação de um plano político estatal inspirado em um paradigma de inclusão educacional e de justiça social. Esse plano, ainda que apoiado na crítica neoliberal ao *Welfare State*, buscava retomar os dispositivos de seguridade deste último para reparar as desigualdades estruturais da sociedade brasileira, acirradas com a globalização da economia e do neoliberalismo.

No contexto político-econômico abordado, o governo estatal implementou dispositivos de segurança às pessoas com deficiência, desde meados de 2000 até 2016, possibilitando-lhes, conforme os princípios liberais, certa igualdade formal perante a lei e maior oportunidade para atuar em diversos campos da sociedade civil brasileira. Em plena globalização neoliberal, o movimento das pessoas com deficiência contou internamente com aliados importantes.

Assim, no campo político, além dos movimentos da sociedade civil anteriormente destacados e seus representantes no

poder legislativo, os governos de viés social-democrata e sensíveis as suas demandas como os de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016) (RECH, 2011). Esses governos criaram secretarias especiais ligadas aos Direitos Humanos, ou próprias, como a Secretaria Nacional de Direitos às Pessoas com Deficiência, assim como um compromisso com as pautas da inclusão e da justiça social.

No campo acadêmico, as tecnologias e ciências da reabilitação foram acompanhadas de uma tendência a um modelo social da deficiência no desenvolvimento de algumas áreas do saber como a Educação Especial. Desse modo, o viés médico desse campo cedeu espaço para um modelo social da deficiência e adotaram um paradigma inclusivo mais amplo voltado a esse público.

A aliança com pesquisadores e educadores especialistas formados, desse ponto de vista, contribuiu para que a pauta do movimento se centrasse em questões como a da matrícula de pessoas com deficiência no ensino regular, a da acessibilidade nas escolas e em outros espaços urbanos, a das cotas para tal público conjuntamente a outros grupos denominados “minoritários” (afrodescendentes, povos indígenas, estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica) no ensino superior.

As conquistas obtidas por esse movimento político foram relevantes até 2016, com a ampliação do número de matrículas de pessoas com deficiência na escola regular, estabelecimento de cotas para tal público, conjuntamente a outras diferenças, em algumas instituições de ensino superior, sem contar o reconhecimento

pleno, de que seriam definitivamente sujeitos de direitos e de justiça social, não sem algum incômodo.

Na ocasião da implementação desse plano de educação inclusiva e política de justiça social, algumas resistências foram manifestadas, por exemplo, por parte de comunidades surdas e associações de deficientes intelectuais que não renunciaram as instituições especializadas destinadas aos estudantes com essas deficiências, com autonomia ou funcionamento conectado à escola regular. Essas tensões produziram em algumas regiões do país um sistema paralelo de instituições mais integrativas do que inclusivas que, contraditoriamente, obtinham apoio financeiro estatal para atender um público que relutava em se matricular no ensino regular e demandava atendimento educacional especializado.

Nesse sentido, elas se tornaram ainda maior quando os ataques às conquistas no campo dos direitos civis das pessoas com deficiência emergiram com as políticas ultraliberais e neorreacionárias, respectivamente, dos governos de Michel Temer (2016-2018) e neoconservadoras de Jair Bolsonaro (2018).

Juntamente com os desmanches de políticas de seguridade social, nesses governos, a supressão da Secretaria Nacional do Direito das Pessoas com Deficiência e o desmonte de Ministérios que atendiam os Direitos Humanos indicaram um retrocesso no setor que culminou no Decreto n.º 10.502 de 30/09/2020, que fortaleceu as instituições especializadas e o retorno das classes especiais às escolas regulares.

Salienta-se, ainda que esteja suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF), esse decreto presidencial sinalizou até onde os ataques às conquistas dos direitos das pessoas com

deficiência poderiam chegar no Brasil, assim como o apoio que teve de parte de seu movimento social que, por vezes, ainda se pauta numa visão assistencial, paternalista e capacitista de deficiências ultrapassadas. Esse acontecimento sinalizou, também, para uma disputa que acompanhou o movimento político das pessoas com deficiência no Brasil, revertido judicialmente com o apoio de seus setores majoritários provisoriamente no presente, mas que ainda motiva muitas discussões e disputas na sociedade brasileira (CARVALHO, MENESES, PAGNI, 2021).

O que se pode notar é que, além das conquistas enunciadas, o paradigma científico no qual se apoiou esse movimento político em busca de legitimação foi atravessado por tensões internas que, por vezes, resultaram em conflitos dessa natureza. Entretanto, também trouxe conquistas positivas como as da ampliação do número de matrículas desse público nas escolas regulares, a oferta de serviços educacionais especializados na educação básica, assim como, gradativamente, a possibilidade de acesso no ensino superior por meio das cotas (BRASIL, 2012) que, paulatinamente, foram se modificando e, mais recentemente, abrangendo também a esse público.

O problema é que essas conquistas ainda são vistas pela cultura escolar e universitária com reservas. Afinal, como disse em outras ocasiões (PAGNI, 2021), a presença desses corpos, seus movimentos minoritários – aliado a outros devires ou signos das diferenças –, e agenciamentos comuns evocam a exigência de transformações profundas dessas instituições.

Esse é um dos desafios que, juntamente aos movimentos das pessoas com deficiência, ainda temos pela frente da educação

básica ao ensino superior, a saber: como criar dispositivos de inclusão com a participação desses corpos, de seus movimentos heterotópicos e dos agenciamentos que produzem em relação às formas de vida comum que habitam essas instituições? Ao mesmo tempo em que é preciso indagar em como visibilizar, na qualidade de aliado dessas pessoas, mais do que um “nós” vazio em termos discursivos, a cartografia da expressividade de processos de subjetivação outro, ainda não codificados pela ciência? Tais desafios se justificam como um desdobramento dos movimentos das pessoas com deficiências das últimas décadas.

No presente, eles demandam a presença não apenas de um “nós” conflituoso, pois protagonizado pelas pessoas com determinadas condições (como a dos DF ou DV) em detrimento de outras (DI ou DA), em aliança com especialistas, familiares e representantes legislativos (ROCHA, 1991; SASSAKI, 1997; CRESPO, 2009; LANNA JÚNIOR, 2010). Reclamam também – talvez, mais pela parte dos aliados – a formação de um *corpo comum*, atravessado por devires minoritários heterogêneos, de gênero, raça, condição socioeconômica, dentre outras, decorrentes de alianças mais amplas e estrategicamente pensadas para que, mais do que representação, participem diretamente das políticas inclusivas e de justiça social.

Essa participação reclamada não se perfaz somente mediante o reconhecimento legitimado por saberes e pautas identitárias propiciadas por esse movimento político que reitera a sua condição de registro, mas se faz por meio do, no e com o corpo em que a deficiência se inscreve, de seu encontro com outros corpos, dos acontecimentos que suscitam e dos agenciamentos

comuns que produzem dando forma aos devires minoritários do já referido *povo que falta*.

A literatura recente tem tentado atribuir um nome a essa perspectiva em que está bastante parametrizada nas análises de Foucault, de Butler, das teorias queers, da interseccionalidade, dentre outras fontes, como sugerido por Gavério (2017) ao analisar os *Disability Studies*.

Algumas vezes, essas fontes foram mobilizadas a atribuir certa interseccionalidade às diferenças (SCHIMIDT; SANTOS; MENEZES et.al., 2021), por vezes, para criticá-la do ponto de vista do movimento *CRIP* ou do feminismo negro (ALMEIDA; ARAÚJO, 2020), das aproximações com as questões de gênero (MAGNABOSCO, LEMOS DE SOUZA, 2019) ou, mesmo, da filosofia da diferença que evocam tanto a inclusão como uma governamentalidade biopolítica (LOPES, 2004; FABRIS; KLEIN, 2013; LOPES, VEIGA-NETO, 2017; PAGNI, 2019a) quanto a deficiência em seu caráter ontológico (CARVALHO, 2015; PAGNI, 2017), sua designação ética como modo de vida (PAGNI, 2018) e a potência de seus agenciamentos para interpelar politicamente a vida comum (PAGNI, 2021)<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Particularmente, nesse debate atual, tenho me situado mais proximamente dessa última tendência, articulando minha trajetória pregressa de pesquisador do campo da Filosofia da Educação com as experiências como pai e aliado de lutas dos movimentos das pessoas com deficiência. Talvez, retraído pela indignidade de falar por esse outro, e, percebendo o esgotamento do slogan “Nada sobre nós sem nós”, defenda que seria mais alvissareiro e provocativo proclamar como enunciado desse desafio: “Nada sobre nós sem esses corpos singulares, sem nosso *corpo comum* formado a partir dos encontros com eles” - apoiado nos argumentos expressos neste ensaio.



Dessa perspectiva, os movimentos brasileiros das pessoas com deficiência têm sido desafiados a se repensar a partir da potencialidade desses encontros, das alianças com outros nos quais se inscreve a diferença (de raça, de gênero, de orientação sexual, de funcionalidade) e de uma expressão coordenada dessa política na esfera pública. Para tanto, tal perspectiva tem chamado a atenção para a visibilização das presenças desses corpos na escola regular e pela cartografia dos movimentos que a habitam, agenciando uma outra organização da educação inclusiva nos diferentes níveis de ensino.

Mais do que reivindicar direitos civis mediante uma política identitária, a formação desse *corpo comum*, marcado pela deficiência e/ou outras diferenças, é vista a partir de sua participação ativa no aprimoramento da democracia brasileira, em um momento em que se encontra tão ameaçada, resistindo às sombras de um passado patriarcal, hierarquizado culturalmente e desigual socioeconomicamente.

Essas lutas estão presentes no ensino superior, encontrando como aliados, graças às políticas de cotas anteriormente mencionadas, outros corpos atravessados pelos signos da diferença socioeconômica, da diversidade étnico-racial, das condições de gênero e da orientação sexual que, ao adentrarem nesse território, trouxeram para dentro dele seus saberes, suas experiências e sua gestualidade.

Simbolicamente, a sua presença agencia deslocamentos incontornáveis na medida em que resiste a uma violência majoritariamente exercida por práticas de produção de conhecimento, de circulação desses produtos e, por que não dizer,

de sua transmissão. Esta última valoriza uma cultura utilitária arregimentada pela racionalidade econômica neoliberal, com certo saudosismo de uma cultura clássica que mantém hierarquizado os saberes e considerados como superiores a tudo o que vem do que denominam popular.

Por sua vez, esse elitismo arregimenta, ao mesmo tempo que inclui, uma exclusão dos saberes, experiência e gestualidade manifestadas com a presença desses corpos como um dispositivo de inclusão que se propõe a incluir formalmente para que a exclusão se efetue nesse terreno simbólico, despotencializando e despolitizando esse encontro com as diferenças.

### **Os corpos deficientes e seus encontros de saberes com o ensino superior**

Em algumas ações, há bons indícios de combate às estratégias anteriormente enunciadas de biopoder no ensino superior. Dentre elas, destacam-se programas como “Encontros de Saberes” (CARVALHO, 2020) implementado na Universidade de Brasília (UnB) que, ao valorizar a cultura dos mestres quilombolas, dos fármacos da floresta e dos povos indígenas e afrodescendentes, procura reverter o desequilíbrio gerado pela cultura universitária brasileira. Para isso, ainda que minoritários na universidade brasileira, programas como esse, propõe uma troca simbólica e coloca em circulação outras práticas que deslocam o centro de gravidade e de poder institucionalizado, convidando à sua participação mestres quilombolas, rezadeiras que conhecem a

fundo os fármacos da floresta e pais de santos capazes de oferecer outro olhar acerca das religiões ocidentais, dentre outros.

Não se trata somente de propor uma revitalização da cultura popular trazendo-a para o interior da universidade, mas uma relação distinta com outras tradições e seus “clássicos”, com a cultura oral desses povos e com uma cosmovisão que interpela o eurocentrismo, a escritura e a metafísica nas quais se fundaram as ciências e a filosofia moderna.

Se essas últimas efetuaram em nome de uma razão única, universalizante e determinante de juízos preconcebidos, toda sorte de violência e exclusão desses saberes outros, das múltiplas racionalidades e experiências empreendidas, os corpos em que se inscrevem, se expressam e se afirmam reclamando um lugar no presente, não o de outrora, mas o produzido pela sua resistência, vibração e inovação crítica no que se refere ao seu encontro com produção e a circulação acadêmica atuais.

É possível vislumbrar em um programa como o do “Encontro de saberes” a possibilidade de troca, de tensionamento e de empoderamento por parte desses corpos. Todavia, inspirado nesse programa, é possível questionar também se, afinal, os corpos deficientes, em virtude de sua particularidade, corroborariam ou não esse movimento? Para ser mais claro, há casos como o de toda uma cultura e língua da comunidade surda. Há, também, o modo de ver dos deficientes visuais, que compensaram seu déficit por meio de um modo próprio de codificar o mundo, de imaginá-lo e, porque não dizer, de vê-lo. Há, ainda, os saberes acumulados e atalhos percorridos pelos deficientes físicos para se locomover numa cidade cujas barreiras materiais e atitudinais não seriam

senão saberes, práticas e experiências decorrentes de um modo de ser no mundo ignorado pelo saber denominado de científico.

Como pai de uma pessoa com deficiência e partícipe de uma comunidade em que as trocas ocorrem num plano distinto com os deficientes intelectuais, é questionável se não haveria aí, nesses modos de ser no mundo, a expressão de uma singularidade, de uma inteligência ímpar, muito distinta da nossa. Poderia ir além, ao perguntar: se esse corpo em que a deficiência se inscreve, ante os bloqueios funcionais, cerebrais, pulsionais ou sociais, não há a criação de linhas alternativas de existência, pouco perceptivas à nossa ciência e vã sabedoria? Enfim, o que se interpela é, em suma: até que ponto esses saberes e práticas não poderiam ser colocados em circulação no meio acadêmico, na medida que são expressão de modos de existência significativos, independente de seus déficits que o habitam, dando visibilidade a eles?

Analogamente aos saberes ancestrais mencionados, a hipótese aqui enunciada para responder a esses questionamentos é a de que essas práticas, experiências e modos de existência tanto singulares quanto comuns poderiam entrar em circulação – se já não o estão – em virtude do ingresso desses corpos e de sua presença no ensino superior. Isso porque rompem uma visão que os vê como objetos para que se tornem sujeitos capazes de enfrentar as barreiras físicas, sociais e atitudinais que lhes são interpostas com o luxuoso auxílio das ciências que os objetificam dessa forma, porém, com um pendor contra ou de-colonial ou, simplesmente, anticapacitista. Numa universidade que se dobrou à colonização e ao produtivismo acadêmico com o advento da globalização da economia e do neoliberalismo, esse pendor parece ser

estrategicamente crucial para ampliar os questionamentos às *epistêmes* em que se assenta a atual cultura universitária, seus processos de produção, circulação e avaliação do saber acadêmico.

A produção acadêmica e a circulação de seus produtos na universidade brasileira ainda estão marcadas, majoritariamente, por um paradigma das ciências de meados do século XX, sem o apoio da revolução epistemológica advinda nesse campo como parte de um processo político mais amplo e que implique em outro olhar para a pesquisa acadêmica, nos termos designados por Isabelle Stengers (2002) e Patrícia Hill Collins (2020).

Essa virada epistêmica no campo da pesquisa universitária, que ainda é objeto de muitas polêmicas no contexto acadêmico mundial em razão das questões geopolíticas e que decorrem dos efeitos movimentos sociais análogos ao analisado, todavia, merece ser mais bem aquilatada. Isso porque não apenas compreende o lugar da produção universitária brasileira no contexto geopolítico mundial, como também a sua diversidade, respeitando a formação da sociedade brasileira e suas efetivas contribuições em nível global, dependendo, para tanto, da adoção de estratégias políticas mais amplas e de um componente ético indispensável.

Esse processo político mais amplo e essa estratégia não se fazem sem alianças das ruas e dos corpos, como sugeridos por Judith Butler (2018), tampouco se fixando apenas no âmbito da representação no plano macropolítico e muito menos exclusivamente na produção acadêmica em campos especializados.

Ao contrário, taticamente, se fazem a partir do encontro desses corpos com o dos demais e onde se pode afirmar produtivamente a potencialidade de suas diferenças, numa batalha

travada nas relações de poder institucional e na esfera micropolítica, onde a apropriação dos saberes e experiências vividos singularmente se confrontam com o saber e a experimentação científica. Com isso, ensaiam trocas à luz desse afrontamento dos jogos de poder majoritários, mobilizando campos distintos e multidisciplinares para tentar codificar o que esses corpos deficientes querem subjetivar, e os seus aliados, alguns deles especialistas, desejam objetivar.

Esse parece ser um solo profícuo que começa a pavimentar o caminho para elaboração de ferramentas para esse embate pela afirmação das diferenças propiciadas pelas políticas de cotas no ensino superior. Nesse território se refina pela cultura acadêmica dominante uma crítica radical e contundente no sentido de sua revisão para que efetivamente a universidade se torne inclusiva ou, caso não, abandone completamente sua tradição majoritária e ao menos a module e coloque em xeque, no sentido de se reinventar como instituição.

Isto implicaria em exercer um papel estratégico nas lutas políticas em prol dos povos colocados à margem da sociedade brasileira e, ao reconhecer as particularidades da formação desta, se apresentar com outro posicionamento no contexto acadêmico mundial – quem sabe, menos colonizado, mas focado na explicitação de sua particularidade regional e na assunção de um papel decisivo na geopolítica global, advindos das relações sul-sul.

A ressalva para que esses encontros de saberes ocorram, no que se refere às pessoas com deficiência na universidade, porém, é a seguinte: se, para a afirmação de algumas diferenças inscritas nesses corpos que transitam no ensino superior, o acúmulo da produção

de saberes desde esse ponto de vista já é significativo – como demonstra a literatura sobre o feminismo negro e já denota uma perspectiva interseccional –, para outras ainda é bastante reduzida, como no caso dos corpos em que se inscrevem a deficiência. Talvez, isso ocorra, como mostrado na primeira parte do capítulo, em razão da forma como a deficiência foi objetificada sobre um corpo orgânico pelos saberes médicos e subjetivada como representação social de um aparato funcional ou de um sujeito de direitos sobre o qual se decalca um papel ou se acusa um desvio, combatendo-o como estigma ou, simplesmente, enquadrando-o a um modelo social ou jurídico ideal.

A dificuldade em sair desse registro parece ser maior para esse corpo, assim particularizado, em razão da genealogia histórica apresentada anteriormente, com as tensões que a acompanham e alguns embates atuais que radicalizam essas lutas em torno de suas *bioidentidades*<sup>6</sup> produzidas a partir de um modelo médico da deficiência ou de uma acirrada disputa com outras singularidades sociais por meio de um governo identitário das diferenças (PAGNI, 2020).

As *bioidentidades* acompanharam e foram constituídas nas lutas dos movimentos políticos das pessoas com deficiência, ao

---

<sup>6</sup> Ao se apropriar da noção de biosociabilidade (RABINOW, 1999) e de sua utilização por Francisco Ortega (2003) para argumentar que elas se formam mediante um procedimento ascético, Pagni designou as *bioidentidades* como "traços fisionômicos, genotípicos e fenotípicos, características comportamentais, dentre outros, definidos por códigos genéticos, antecipando os riscos que corremos e antecipando os acidentes que eventualmente teremos" (2019a, p. 77). Em torno desses traços biológicos vários grupos ou comunidades se articulam para reivindicar direitos civis em lutas de afirmação identitárias de suas diferenças.

ponto de os deficientes físicos e visuais disputarem seu protagonismo com surdos e deficientes intelectuais nas décadas anteriores.

Numa clara demonstração de que essas pessoas se reconheceram a partir dos saberes veiculados pelos especialistas, tomados por seus aliados, assumindo e se afirmando a partir desses registros identitários, primeiro, conferidos a um corpo orgânico a partir dos saberes médicos uma denominação ou quadro diagnóstico da condição e, posteriormente, a sua representação social e formal, respectivamente, pelos saberes sociológicos e aparato jurídico.

Assim, seus movimentos lutaram por se reconhecer, gradativamente, como sujeitos de direitos e novas figuras da justiça social, advogando a sua inclusão social como esse corpo orgânico, individualizado a partir desses registros de seu desvio com direito a ser corrigido e normalizado, não sem uma disputa interna que parece ter governado como parte da população, distribuída por signos (DA, DV, DI, DF) e individualizado em corpos particulares, cujo significado de sua disfunção os caracterizam como pessoas com deficiência.

Essa significação individualizada desses corpos se radicalizou no presente, como tem alertado Francisco Ortega (2009), ao analisar os movimentos das pessoas diagnosticadas dentro dos Transtornos do Espectro Autista (TEA), nos Estados Unidos, produzindo uma disputa dos neuro-diversos de altas habilidades com os de baixas habilidades e seus aliados: os primeiros, recusando o auxílio estatal indispensável para os últimos em nome de maior autonomia e liberação do estigma criado



socialmente. Ou, mesmo quando vemos parte dos movimentos pelos direitos à inclusão das pessoas surdas ou com outra deficiência no Brasil advogarem o retorno das escolas e classes especiais, como visto recentemente em apoio ao Decreto Presidencial n. 10.502 sob alegação de que suas comunidades se beneficiariam dessa medida, livrando do sofrimento a que foram submetidos pela inclusão educacional ocorrida nas últimas décadas, restringindo a potência de seus corpos a uma condição orgânica limitante e revelando as cicatrizes culturais de um passado, que ainda não foram superadas.

A radicalização de certo identitarismo que ocorreu nessa direção também pode ser observada em outros movimentos sociais e políticos como o dos afrodescendentes, feministas, quilombolas, dentre outros. De modo um pouco distinto, eles também foram capturados por uma forma de distribuição de suas representações identitárias, por signos e por um governo das diferenças, pois muitos deles se dividem ao serem governados, se reúnem em torno de padrões normativos e individualizados, reiterando uma totalização dessa individuação, verticalizada com o neoliberalismo e em torno da qual se alicerçaram as promessas de prosperidade econômica, talvez, como seu dispositivo central de inclusão. Uma inclusão que, nas últimas décadas, encanta e entusiasma os sujeitos engajados nas lutas desses movimentos sociais e políticos por sua inserção no mercado e na economia do consumo.

Ela alude a esse sujeito como uma figura sem corpo orgânico, muito menos libidinal ou vital, mas a um corpo-máquina em torno da qual todas as diferenças seriam suprimidas pelo seu funcionalismo, pela sua utilidade como capital humano ou

eficiência na obtenção da renda – terreno este em que se avalia objetivamente o resultado social, se houve ou não prosperidade individual, sendo esse o sinal de seu sucesso ou fracasso.

No ensino superior, a captura por esses signos, distribuição e governo identitário das diferenças se dá, muitas vezes, pelos próprios processos de ingresso pelas cotas, com dispositivos como os da identificação ou autodeclaração, como também por um maquinismo mais forte que, em razão da disputa social mais ampla que qualifica os cotistas como privilegiados e que ignora (de boa ou má fé) o seu significado histórico para sociedade brasileira, colocando-os num jogo de ter que provar por sua proveniência que estão em níveis de desempenho acadêmico similares ou superiores aos demais jogadores.

Para qualquer outro estudante, essa provação – porque é disso que se trata: a extrapolação dos tradicionais exames adentrando ao campo de uma moral ascética – não é tão exigente quanto o é para esses corpos que se fazem presentes no ensino superior. Algo que ocorre em razão da superação de sua condição ser tomada para si como um caminho para se mostrarem acima da média e serem reconhecidos nesse universo, mas é preciso dizer que, embora possam, inclusive, superar os índices estabelecidos e o fazem com frequência, os signos de “pretos”, “deficientes”, “mulheres”, “gays” são insuperáveis, visíveis e sedimentados no olhar alheio, normativo, regulador, vigiados em razão de os trazerem inscritos em seu corpo e os assumirem como um registro com o qual se identificam ou são identificados como desvios.

Por sua vez, esse processo de identificação já vem carregado de estigma, de preconceções e, simbolicamente, de uma carga de

violência, ao mesmo tempo de uma exclusão obscurecida, que os designam como ser menos válido, menor, fora do ser mais válido, ontologicamente superior, dominante ou majoritário.

O ensino superior brasileiro, analogamente com o que ocorre mundialmente, foi submetido nas últimas duas décadas a índices de eficiência e de produtividade, a avaliações e ranqueamentos internos e externos – algo que alterou, em nome do aumento quantitativo, a qualidade tanto da produção quanto da circulação do conhecimento acadêmico nos últimos anos.

Ante o paradoxo enunciado anteriormente, a perspectiva que captura esses corpos seria a de que, para se corrigir essa distorção ontológica, ao menos para ser reconhecido nesse meio mais liberal que o do liberalismo político em épocas de liberalismo autoritário (CHAMAYOU, 2020), deveria tornar-se mais, contra tudo e contra todos, superando seus déficits para se provar eficiente e se empreender a si próprio.

Essa estratégia colocou muitos desses corpos em cena, reconhecendo em sua performatividade individual alguma prosperidade econômica ou em relação às competências adquiridas para a sua formação do capital humano, graças ao seu ingresso numa maquinaria produtivista, cuja moeda de troca é esquecer os signos aí inscritos para dar lugar a um rosto mais palatável e aceito majoritariamente.

Ao obscurecer os vestígios escavados de suas diferenças, ou, então, assumi-los oportunisticamente como parte daquele governo identitário das diferenças em escala micropolítica, sem interpelar ou resistir mais ativamente à razão governamental macropolítica, a relação com esse corpo conduz a processos de subjetivação cada vez

mais alinhados aos processos majoritários e, portanto, ao maquinismo do próprio capitalismo.

Neste caso, estudos poderiam ser desenvolvidos no sentido de um estado da arte sobre as produções acadêmicas que têm mobilizado os saberes e as pautas desses movimentos políticos provenientes do corpo em que as diferenças se inscrevem, porém, tomando-os nessa sua significação daquelas que escapam dessa linha molar ou desse campo minado em termos micropolíticos.

No outro parece patente um alinhamento que, visto como único caminho possível para afirmação de suas vidas ou de sua sobrevivência, não traz escapatória, ou, então, essa escapatória não é vista, porque apresenta outros caminhos para esses modos de existência na universidade.

Caminhos esses que podem ser tão árduos, mas vitalmente mais intensos e eticamente mais vibrantes do que o da ascese moral exigida e do campo minado do reconhecimento. Isso porque numa resistência proveniente desses corpos e que os envolve em uma luta constante, cotidiana, não contra tudo e todos, há claras exigências de estratégias para a produção de novos lances no jogo, graças a alianças contraídas, assim como coerência com o que vivem, experienciam e, potencialmente, criam as inflexões desses modos de vida no encontro com outros.

Se essas formas de resistência, de lutas e novos lances emergentes desse terreno micropolítico podem provocar transformações macropolíticas, essa é uma questão que merece ser discutida num outro momento. O que se presume é que há indícios de uma movimentação desses corpos no que diz respeito

não somente ao como suas presenças no ensino superior colocam em circulação outros saberes, experiências e epistêmes.

Falamos aqui de várias culturas que se formam e *ethos* que ainda não foram devidamente mapeados e que poderiam ser favorecidos se pudessem ser expressos no ensino superior, indo além da presença desses corpos e fazendo veicular a sabedoria prática de suas experiências, parcialmente elaboradas e passíveis de enunciação. Analogamente ao que foi feito com o programa “Encontros de saberes”, alguns mestres nessas artes de existência poderiam ser convidados para relatar a si mesmos, como autistas, cegos, surdos, deficientes intelectuais e físicos que atuam na universidade ou seus aliados, manifestando suas culturas e modos de ser no mundo, assim como compartilhando seus desafios em relação aos diferentes temas, inclusive, alguns comuns a todos os demais atores dessa instituição.

**Encontros com as diferenças, alteridade radical e possibilidades de formação de um corpo comum no ensino superior: um novo paradigma de inclusão?**

Ainda que se reconheça que as ações apresentadas não sejam suficientes para transformar o ambiente dessa instituição em um espaço para o estabelecimento de alianças políticas e para a formação de corpos que o ocupam, esses atores se deparam aí com um limiar complexo para a emergência de uma vida comum, produtora tanto de inovações de sentidos quanto de alinhamento à maquinaria social.

Refiro-me ao limiar em que seus corpos são atravessados não somente pelas questões que o objetificam e o qualificam como “deficiente” para, então, subjugar-lo, senão a esse registro particular na relação consigo, ao menos a toda uma tecnologia de si que visa compensar seus déficits e almejar uma correção. Supostamente, essa correção é para normalizá-lo em nome de um corpo orgânico escrutinado pela ciência, porém, exercida para dominá-lo sua mecânica instintual e para justificar a sua condução quanto aos fluxos de seu desejo, prevenindo a sociedade de seus desvios e minando sua força irruptiva ou, tenho preferido, ingovernável (PAGNI, 2021).

Se a diferença ontológica do chamado deficiente decorre de alguma disfunção orgânica ou, como tenho defendido, de um acidente que pode ou não se tornar um acontecimento para si, o seu corpo também é atravessado por outros signos relacionados à sua condição socioeconômica ou de classe, étnica ou de raça, de gênero e de sexualidade. Implica em devires mais complexos que dele provêm e faz emergir enquanto significações de um corpo em consonância com a forma como essas diferenças são governadas, subjugadas, conduzidas, assim como se afirmando em face a essas formas de governo, subjugação e condução em torno da qual formam uma feição, um rosto, um corpo.

Os movimentos provenientes desse corpo, irreduzíveis ao orgânico e ao linguístico, podem se engajar no âmbito desses múltiplos atravessamentos e signos das diferenças em lutas que, como vimos, registrando até aqui no caso das pessoas com deficiência, geram certa distribuição por identidades em movimentos como o afrodescendente, o feminista, dentre outros,

cada qual tentando se afirmar como sujeito de direitos na cena pública.

Acontece, porém, e cada vez mais, que uma caótica multiplicidade se impõe e, por vezes, coloca essas lutas quase no mesmo campo, como mostrado os dados do IBGE sobre o quanto as pessoas com deficiência, sendo mulheres e negras, têm um índice ainda menor de renda ou de participação no mercado de trabalho (TERRA, 2022, p. 01). Essa ocorrência sugere que, por si só, as demandas desses movimentos confluem para pautas comuns, saindo de seu registro político identitário para encontrar numa política de alianças outras estratégias de luta (BUTLER, 2018).

Ademais, a convivência desses movimentos políticos entre si e, mais particularmente, do encontro desses corpos das ruas às escolas, passando pelas universidades, produzem trocas de estratégias políticas, de saberes, de experiências, vislumbrando no corpo desse outro as linhas de tangenciamento de si.

Em suas peles repercutem dessa forma quase os mesmos signos de poder e mecanismos de dominação, assim como se sentem em e pelos seus corpos a vibração de intensidades singulares no que tange à confluência de devires minoritários entre eles, vislumbrando aí conexões em comum.

Para que ocorra certa alteridade entre pares e ímpares faz-se crucial tornar possíveis as alianças experimentadas pelos diversos signos da diferença e devires minoritários. Uma alteridade que, segundo essa chave de leitura esboçada a partir das filosofias da diferença, pressupõe uma abertura frente aos múltiplos devires minoritários suscitados pelo corpo deficiente, assim como, provoca uma alteridade ao apelar aos corpos de aliados como seus pais,

educadores e especialistas sensíveis a essa minorização, uma afecção e um deslocamento ímpar para que mobilizem em si esses devires comuns, vislumbrando aí certa familiaridade ou, melhor seria dizer, um horizonte ontológico à própria humanidade (CARVALHO, 2015).

Antes de avançar nessa direção, vale a pena destacar que no ensino superior essas alianças vêm sendo costuradas e ensaiadas, com trocas bastante profícuas entre os movimentos afrodescendentes, feministas, de pessoas com deficiência, dentre outros. Muitas vezes, elas ocorrem na medida em que esses movimentos se dão conta dos limites de suas lutas identitárias e encontrando em seu limiar embates comuns contra certo eurocentrismo, racismo e capacitismo da chamada cultura acadêmica. Algo que somente foi possível na e pela participação dos atores dessas lutas na comunidade universitária, criando em seu interior outras comunidades e redes, onde as identidades se alargam em razão dos desafios postos, das táticas e estratégias desenvolvidas, especialmente, em relação às alianças que se impõe nos embates contra esses aspectos mencionados da cultura acadêmica.

Numa enquête realizada há alguns anos numa universidade do Estado de São Paulo sobre acessibilidade, o público de estudantes ouvidos, mesmo de professores e funcionários, não titubearam a salientar o quanto as barreiras impostas não são somente físicas, mas atitudinais e sociais. Muitas representações nas respostas apresentaram situações de obesidade, perdas de memória e étnico-raciais, apenas para ficar numa variedade dispersiva, como questões que deveriam ser objeto do acesso ao ensino, situando outros sujeitos e demonstrando que não



somente os que eventualmente possam ser caracterizados como pessoas com deficiência encontrariam barreiras dessas ordens.

Contudo, se observa aí, conforme indicado nesse breve estudo (CIANTELLI; PAGNI; AMORIM; MARTINS, 2020), a necessidade de se repensar a noção a partir de uma perspectiva mais abrangente, indicando campos de confluência e de ação política não restrito aos chamados corpos deficientes, como também a movimentos díspares, agenciado pelo encontro de devires minoritários e alimentado por suas diferenças – reunidos sob o signo de uma estranha familiaridade.

Na reinterpretação dos resultados desse estudo à luz das filosofias da diferença, pode-se dizer que, na ocasião, já se percebia o transbordamento desses corpos aos códigos da ciência e da técnica em que se constituíam os saberes sobre a acessibilidade, assim como, a necessidade de reelaborá-los. Considerava-se, com isso, a possibilidade de o que extrapolaria as suas particularidades, mas também de algumas de suas singularidades que se misturavam a de outros corpos de sujeitos, como professores, funcionários e estudantes da instituição. Isso porque, não obstante esses últimos se declararem no campo majoritário dos processos de subjetivação (Branco, com gênero e orientação sexual definidas, dentro do campo da chamada “normalidade”), se mostraram sensíveis a esses outros, dispostos a alianças e a repensar conjuntamente os dispositivos de inclusão na universidade.

É como se, intuitivamente, esses outros corpos vislumbrassem em si mesmos um devir deficiente comum a esse outro, seja pelo fato de terem se percebido em razão de algum acidente com alguma deficiência ou por projetar o avançar do

tempo vital, se dando conta das barreiras advindas com a idade, seja pelo acontecimento de se sentirem em alguma situação minoritária (referentes à sua condição étnico-racial, de proveniência socioeconômica, de gênero, entre outras), associando-a ao que eventualmente sofria também esse corpo. Não se tratava, nesse caso, de uma compaixão desprendida totalmente de si, tampouco, no outro caso, de uma projeção sobre o corpo alheio do que poderia ocorrer consigo mesmo, ainda que tanto aquele sentimento quanto esse recurso projetivo sejam úteis para tornar familiar o que aparece como estranho.

Dessa forma, o que se observou empiricamente nesse estudo preliminar foram indícios de associações, sem qualquer codificação ou interpretação possível, sequer a enunciação de um “nós”, mas que retomo seguindo um caminho diferente da política butleriana de alianças, respaldado pelas filosofias das diferenças e pela vaga noção de corpo comum, que congregaria esse “nós” para além de todo identitarismo grupal e aquém de toda enunciação discursiva.

Dessa perspectiva, o móvel do encontro desses corpos não é apenas a violência ou a opressão sofrida, mas a troca afetiva e a potência gerada pela confluência de seus devires comuns, promotoras da possibilidade de cada qual se perspectivar no outro, aprendendo com seus movimentos e, ao voltar-se às suas próprias ações, se afirmando de um modo distinto do que eram antes desse acontecimento. Ao se exprimirem mediante essa transformação de si e movimento de alteridade, a força dos devires minoritários em um corpo, formado por essas redes de comunhão, podem confluir

e se insurgir contra os devires majoritários do corpo social que o subjugam, conduzem, excluem.

No ensino superior, a atenção para essa alteridade é evocada pela possibilidade de encontrar um “nós” provisório nesse tempo e espaço, por vezes, tomado como parte da estratégia de lutas. Na verdade, às vezes mais parece um “a gente” em que o distanciamento do “ele” que designa o outro obscurece o que reúne essas diferenças nem tanto o sofrimento propiciado pela violência real ou simbólica sofrida pelos corpos em que se inscrevem, tampouco por um processo mimético com os quais eles se identificam entre si – vendo no outro o que também é seu –, muito menos por simpatia, empatia ou qualquer dessas noções advindas de um sentimento de outridade consciente. Ao contrário, ela parece ser agenciada por um estranhamento ao que é familiar nesse outro, um esforço ético por tornar próximo algo estranho, mediante a ruptura da indiferença da consciência a uma identificação qualquer e, ao mesmo tempo, um distanciamento para que a alteridade almejada se torne radical.

Isso parece ocorrer ante a impossibilidade de se colocar no lugar desse outro por assimilação. Essa abertura evoca a fabulação desse outro, encontrando nesse campo a possibilidade não de representá-lo, mas tangenciá-lo em face ao deslocamento que produziu e das forças em torno do qual gravitava essa existência estruturada, normalizada, estática a que boa parte de nós nos sujeitamos. É essa alteridade sem representação prévia do outro, ante a presença de um rosto, sem qualquer transcendência, que possibilita tal familiaridade e, ao mesmo tempo, um

distanciamento de si, não egocentrado, no qual emerge a impessoalidade, assim como a possibilidade de uma vida comum por vir.

O *corpo comum* nasce dessa impessoalidade em que o corpo do outro é tratado e do deslocamento que distende a configuração de um si mesmo fixo, ampliando tanto a percepção desse sujeito quanto o de-substantivando para que, ao ser atritado e agenciado por esse corpo trivial, recobre o eixo gravitacional deslocado por esse encontro. Entretanto, o eixo recobrado nesse movimento de transformação de si não seria mais o mesmo, mas produzido pela compensação de forças suscitadas pelo outro e por abrigo comum, possibilitando o convívio de corpos singulares, justamente em virtude de suas diferenças e dessa busca de ambos por uma relação simétrica entre eles.

Antes de enunciar um “nós”, esses movimentos prévios constituem uma comunhão indizível independentemente da capacidade de fala desses corpos e antes mesmo de um sujeito linguístico para promover tal enunciação. Dessa forma, tal sentimento ou desejo de comunhão abriga corpos em sua expressividade e de-substantiva essa operação discursiva, uma vez que ocorrem mediante um encontro afetivo e uma composição de forças que almeja uma circulação do poder, um desempoderamento de um ou de outro para que a potência de um fazer junto e de uma troca (não-simbólica?) se efetuem.

Um dos efeitos do encontro com esse outro e dessa alteridade radical resulta numa experiência de transformação de si mesmo; outro é que, ante a não redutibilidade desse outro ao mesmo, uma aliança com ele se perfaz e uma comunhão se produz em torno do que suscitam afetivamente as forças provenientes desse

jogo de um *corpo comum* em formação. Antes da formação desse corpo, como sugere José Gil (2002), um paradoxo se impõe entre o senso comum em que emerge e o bom senso que o captura, pois ele é habitado virtualmente por inúmeras diferenças e múltiplos devires que se atualizam, trazendo à superfície da pele organizações singulares, que ora destacam a sua raça, ora a sua característica funcional, ora o seu gênero, assim por diante.

A cartografia desse corpo trivial se debruçaria como uma espécie de *pragmática da multiplicidade* sobre esse fazer do *Corpo sem Órgãos*, segundo Deleuze e Guattari (2012), nos oferecendo, mais do que um corpo sob o registro do modelo médico ou social, um campo de inscrição, de territorialização e de reterritorialização em que o outro se encontra disperso em devires e implica em uma experiência de alteridade a ser codificada.

Estrategicamente, a importância dessa codificação ou, mesmo, de sua fabulação é dar corpo aos seus elementos incorporais, trazendo à superfície da pele seus móveis organizativos e utilizando essa forma de visibilizá-lo a possibilidade de se livrar de um corpo próprio, identitário, regido por certo narcisismo, despossuindo-se dele para liberar o *corpo comum*.

De acordo com Gil (2002, p. 146), paradoxalmente, aquele corpo corre o risco de cair em uma armadilha, pois “quando estamos na plena posse de nosso corpo identitário, então, ficamos condenados a habitá-las e – perversão maior – amá-las talvez”. A formação desse *corpo comum* poderia ser um caminho para liberá-lo da identidade, de seu reconhecimento como corpo próprio, como junção de devires minoritários que o encorpam, senão dando-lhes forma, ao menos reunindo suas forças e alinhando os

desejos de um *povo que falta*, nos termos antes salientados. Isto implicaria em assumir, por meio da visibilização de suas linhas de força, um povo por vir, dando relevo a sua presença e a sua existência em espaços como o da universidade, ainda que não possa ocupar seu lugar de fala ou desenhar curvas enunciativas com seu discurso.

Esse parece ser o caso de parte das pessoas com deficiência e, particularmente, dos corpos surdos, deficiente intelectual e outros transtornos que limitam simbolicamente sua comunicação com o mundo oralizado, cognoscente e normotípico. A questão é a de como mapear o delineamento desse e de outros povos que, ao adentrarem a um universo em que as barreiras linguísticas, cognitivas e racionais institucionalizadas como o do ensino superior, as percebem claramente quase como um interdito à formação desse *corpo comum*, não encontrando o abrigo e o acolhimento anteriormente mencionados, em virtude da aridez, sedimentação e predeterminação de um corpo social instituído.

Um corpo que somente entende a formação nos cânones já trilhados da produção acadêmica e de sua circulação, controlado molecularmente em sua capilaridade, deixando poucas brechas para que o comum emergja, penetrando-as e rompendo as estruturas de uma cultura que o vê como ameaça.

Nesse sentido, a questão pela qual este ensaio tem enunciado em suas entrelinhas é a de como deixar de vê-lo como uma ameaça, por meio da alteridade radical propagada, vislumbrando aí aliados e a emergência de um *corpo comum* capazes, quem sabe, de inovar essa cultura, revolvendo essa

estrutura e agenciando mudanças profundas nos sedimentos dessa instituição no Brasil.

Esse seria o corpo a ser cartografado em suas linhas de fuga, um corpo não orgânico, produzido singularmente pelos seus encontros com outros corpos, por intensidades que indicariam uma organicidade e linhas de expressão sem qualquer tipo de falta ou de déficit funcional produzidos por um padrão normativo qualquer, a partir do qual se infere sua anormalidade a ser superada ou seu estigma a ser contornado.

A sua trivialidade é a de que se caracteriza como qualquer outro, não a diagnósticos prévios de deficiência, estigmas por sua cor da pele ou por sua condição de gênero, nem mesmo por sua origem étnica ou orientação sexual, pois, segundo Deleuze e Guattari (2010; 2012), um *Corpo sem Órgãos* (CsO) se forma a partir do encontro com outros corpos, na intersecção e na criação de zonas de intensidades que dá forma a modos de existência singulares.

Desta feita, implica em uma singularidade cuja ressonância de outras singularidades acordam os devires e conduzem os fluxos de seu desejo mediante não somente uma arte que esculpe a existência, mas como um *corpo comum* que se forma, no qual se misturam e se enredam, no entreter das forças que o constituem e das redes formadas pela alteridade com esse outro.

É na superfície da pele que esse *corpo comum* organiza os movimentos provenientes do corpo empírico, segundo José Gil (2002), em uma direção distinta daquela produzida pelas linhas molares do poder e do maquinismo social vigente. Ao esboçarem essa linha de fuga ou de errância somente vista por aqueles que

comungam ou compartilham de experiências e de sentimentos comuns, não idênticos, mas tangenciais, trazem à tona desses corpos a sua latência mais profunda e a enredam em uma superfície trivial, comum, como qualquer outra, em torno da qual se sentem pertencentes: como uma rede que os acolhe e os protege.

No ensino superior na falta de um nome próprio, esse “nós” que escapa a identidade é, por vezes, chamado de coletivos. São coletivos que se constituem de forma mais ou menos espontânea, em rede, onde a identificação pela cor da pele, pela particular deficiência ou pelas questões de gênero que os demarcam socialmente, muitas vezes, se mesclam, se misturam como corpos em busca de expressões ou reivindicações comuns. Armam-se, dessa forma, para as lutas ombro-a-ombro, com diferenças que ressoam em sua multiplicidade, mais do que na unidade necessária para qualquer identificação, encontrando aí uma rede de proteção mútua, ao mesmo tempo um móvel aglutinador, que os impulsiona e os entusiasma a se assumirem como margem, se afirmando pelo que há de comum em suas diferenças, em especial a sua menos valia ontológica para o corpo social.

Não se abatem com essa menos-valia ontológica, uma vez que aprenderam a resistir nessa direção, se afirmar como um modo de existência singular cuja comunhão com outras singularidades acontece por meio dos encontros e, principalmente, reúne uma convergência das forças pelos agenciamentos comuns aí produzidos. E esses corpos já estão aí, se empenhando em sair de sua trivialidade e se formar como um *corpo comum* no ensino superior.



As suas singularidades estão inscritas em corpos que, inicialmente, são tratados por “eles” e, gradativamente, em razão dos agenciamentos dos devires minoritários que suscitam em um e n’outro, se assumem como “nós”, dando força enunciativa ao *corpo comum* em devir nesse processo formativo. Não se trata de um “nós” vago, sem corpo, sem agenciamentos comuns desses devires minoritários, mas um nós que arregimenta em sua multiplicidade um povo por vir, um povo que falta, mais além do governo biopolítico da população empreendido pelas políticas públicas de inclusão, analisados em outra ocasião (PAGNI, 2019a), pois a forçam ampliar seu alcance e deslocar seu centro em direção à margem, às periferias.

Essa forma de organização dispensa um a “gente”, para se fixar em um “nós”. Isso ocorre até porque, mesmo a enunciação desse “nós” é preciso de um lugar, uma capacidade de enunciação, que muitos sujeitos acometidos pela surdez, os estrangeiros, os deficientes intelectuais, os formados em outras culturas ou, mesmo, minorizados socialmente por sua condição socioeconômica, de gênero ou de orientação sexual situam-se fora dos jogos de linguagem vigentes, embora partícipes integralmente dos dispositivos de poder e da razão governamental que os gestam.

Considerá-los nesses jogos e na cultura universitária em que ingressaram esses corpos, dando forma a *corpos* denominados de coletivos, portanto, não é somente escutá-los para que ocupem o lugar de fala de um “a gente”, cuja enunciação discursiva faz circular saberes e experiências outras reiterando os dispositivos de inclusão instaurados no ensino superior. É também mapear essa passagem dos corpos triviais aos comuns, auscultando-os em seus

devires minoritários e nas vibrações que agenciam em um “nós” do qual fazemos parte, como uma *singular etnia* que se forma ante a presença desse outro e que nos faz sentir-se parte dela, vendo-o como um modo outro de vida comum.

A expressão *singular etnia* também é inspirada na obra de Fernand Deligny (2018). O etólogo francês criou essa expressão numa obra monumental em que procura designar a relação entretida na relação dos autistas com suas presenças próximas, isso é, com os educadores sociais da comunidade de Cévennes, assim como os demais seres em seu entorno que, como eles, seriam dessa forma considerados.

Próximas, porque não partiam de um conhecimento prévio sobre esse outro, tampouco se propunham a enquadrá-los às tecnologias de poder ao seu alcance para subjugá-los, muito menos subordiná-los a um território fixo, mas para que gerassem um vínculo pela familiaridade obtida no cotidiano da relação com eles, traçando mapas dos movimentos próprios e dos garotos autistas para, então, decifrar seus gestos mínimos e encontrar traços errantes comuns que favorecessem o convívio e re-territorializasse o caminho a seguir.

Deligny (2015) afirma que tanto uns quanto outros fossem enredados a partir de certa despossessão da vontade de poder por parte das presenças próximas para, então, serem enredados pelas teias tecidas em comunhão, sem se atentar para o teor de verdade e de poder em jogo, ou, mesmo atento somente aos sentidos das intensidades e da liberação dos fluxos de desejo, que entretecem um mapa anônimo, porque nem de um, nem de outro, mas comum aos envolvidos.

Essa ontologia relacional do *corpo comum*, filosoficamente, pode ser uma perspectiva aberta para se pensar a inclusão educacional nos mais diferentes níveis de ensino, em particular, no superior.

A questão é que a sua fonte de inspiração - a *singular etnia* e a forma como a comunidade de *Cévennes* o constituiu -, diz respeito a um amplo território, circunscrito às montanhas e praticamente fechado ao mundo exterior, onde somente conviviam os autistas que lá habitavam e os educadores sociais, com visitas esporádicas de psiquiatras, cineastas, filósofos, outros educadores. Se essa formação do *corpo comum* teria a possibilidade de ocorrer em instituições sociais onde o cerceamento, a cultura e dispositivos de poder são mais acentuados, como é o caso de escolas e de universidades, eis a questão que gostaria de discutir com mais vagar no final deste ensaio.

Isso porque as condições dessa comunidade de *Cévennes* é distinta daquela enfrentada pela relação dos corpos deficientes, negros, transgêneros, quilombolas, indígenas, favelado, ou, como assinalado, uma multidão desses e de outros signos da diferença que adentram ao ensino superior sem se subjugarem totalmente ao seu governo como corpo social único ou como distribuído cada qual com a significação com que mais se identifica.

Não se trata apenas de uma distribuição que implica em uma imensa variedade impossível de ser racionalizada pela governamentalidade operante, tampouco de uma unidade produzida em torno dessa última sob um paradigma científico de inclusão que conclama o acesso de todos à universidade para

produzir oportunidades que já se sabe de antemão só será aproveitada por alguns.

No mais, implica, também, nas resistências a essas formas de governamentalidade institucional e de uma ramificação de linhas de fuga produzidas pela presença trivial desses corpos cujo alcance de seus mapeamentos são infinitos, dependendo da disposição à alteridade com e ao acolhimento das tensões trazidas por esse outro, em virtude tanto da variação quanto da velocidade desses rizomas produzidos do encontro de corpos que encarnam uma diferença com o de outras e com o de um rosto que obscurece tal encarnação para sinalizar um sorriso pálido, um sujeito uno, integralmente normalizado.

Esse teatro, seguramente, não era experimentado em Cévennes. Aí havia um ponto zero, um contexto em que as presenças próximas se interpelavam a si, no sentido de se tornar inoperante, para então traçar os mapas que, por sua vez, também eram de incumbência de autistas como Janmari, que exprimiam gestos e gritos - mínimos para sua significação, máximos para sua própria existência -, encontrando nos traços comuns os diagramas de um *corpo comum* que habita esse território.

Essa outra forma de expressão artística poderia, no entanto, nos inspirar a educar nosso olhar e a dirigir nossos traços como presenças próximas que atuam no ensino superior – não somente como aliados - vislumbrando num *corpo comum* que também é nosso. Nosso, porque agenciado igualmente por eles e seus múltiplos signos de diferença, provocando o início de uma reterritorialização, movida pelos devires minoritários desse povo que faltava, pois não falta mais, já está a povoar a universidade,

transformando sua cultura e, quem sabe, trazendo novos sopros vitais para essa instituição. Quem sabe, mapear esse *corpo comum* não seja a possibilidade de encontrar um modo outro de falarmos de inclusão.

Uma inclusão que não se refira a algo prévio que parte da modelagem de um corpo orgânico chamado “deficiente”, ou de uma pele denominada de “negra”, de um gênero chamado “feminino” e por aí se constrói o registro de várias caracterizações identitárias da diferença já imersas em uma mecânica ou dispositivo de poder e a um maquinismo social abstrato que personaliza para excluir, mas diz respeito a corpo que se molda a partir de sua imanência em um mundo, se organizando a partir dos encontros com outros corpos e de mecanismos de organização geradas pelas intensidades que o agenciam, conforme circula o prazer e faz fluir o desejo.

O fato de serem negros, deficientes, mulheres, homossexuais, dentre outros signos, não quer dizer que os minimiza, os desqualifica, os toma como desvio a ser corrigido, mas somente que indicam outra organização, mecânica e economia libidinal, demandando maior esforço para que seja codificado em sua singularidade pelo gesto cartográfico. E, seguramente, para se produzir essa codificação é preciso a percepção de um *corpo comum* formado entre aquele que gesta a cartografia e esse enigmático sujeito cartografado, cujo mapa somente pode ser elaborado com ele, como uma *singular etnia* a ser decifrada somente na medida em que aquele se sente pertencente ao mundo habitado por este que, por sua vez, nota-o como uma presença próxima a si, um aliado

que vive consigo, independentemente das diferenças inscritas em seus corpos.

Para isso, duas ações parecem prioritárias e imediatas. Essa inclusão que, em tese, formaria o *corpo comum*, com todo exercício de alteridade radical e de encontro de saberes que pressupõe, não começa na universidade, devendo ser expandida em outros níveis básicos do ensino, desde a educação infantil.

Para isso, lá, também, a inclusão não deveria representar apenas acessibilidade, adaptação curricular e apoio escolar para quem comprovadamente necessita de atendimento educacional especializado, como também uma reforma de toda cultura escolar, seguida da formação (continuada) de professores e de uma filosofia que se ocupasse da diferença, não da normalidade, delineando o outro olhar e traços evocados anteriormente.

Uma segunda ação decorrente da primeira implica em pautar essa inclusão educacional no terreno estético em que emerge, não se furtando em nome de uma ética – mesmo a da diferença – a se esquivar de seus efeitos em níveis micro e macropolíticos, cambiando os jogos de poder em que a escola e a universidade modernas se estruturam. Penso ser no compromisso com essas duas ações que passaríamos de aliados ou especialistas, a presenças próximas, ainda que nem tão próximas, preparando o terreno para que logo o povo que faltava não falte mais, esteja entre nós.

## Referências

ALMEIDA, Philipe Oliveira de; ARAÚJO, Luana Adriano. DisCrit: os limites da interseccionalidade para pensar sobre a pessoa negra com deficiência. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 10, n.2, p. 611-643, 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lex: Diário Oficial da União, Brasília, 27/12/1961, Seção 1, p. 11429. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 01 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.html). Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI/MEC**. Secretaria de Educação Especial Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politica-educespecial.pdf>. Acesso em: 17 maio 2019.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Lex: Diário Oficial da União, Brasília, 01/10/2020, Seção 1; p. 6. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 01 fev. 2021.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

CARVALHO, Alexandre F. Por uma ontologia política da (d)eficiência. In: RESENDE, Haroldo. **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015, p. 25-47.

CARVALHO, Alexandre F.; MENEZES, Eliana da Costa Pereira de; PAGNI, Pedro A. Diferença e corpo heterotópico da deficiência: um convite para se pensar de outro modo a escola inclusiva. *Revista Cocar*, n. 13, p. 1-22, 2022.

CARVALHO, José Jorge de. Encontro de saberes e decolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020, p. 79-106. Coleção Cultura Negra e Identidades.

COLLINS, Patrícia Hill. Epistemologia feminista negra. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020, p. 139-170. Coleção Cultura Negra e Identidades.



CIANTELLI, A.P.C.; PAGNI, P.A.; AMORIM, L.M. & MARTINS, S.E.S.O. (2021). O olhar de uma comunidade universitária sobre a acessibilidade: da dispersão aos limiares de seus marcadores convencionais. **Revista Pasajes**, n.12, p.1-29, 2021.

CRESPO, Ana Maria Morales. *Da invisibilidade à construção da própria cidadania: os obstáculos, as estratégias e as conquistas do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes*. 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: *Da invisibilidade à construção da própria cidadania: os obstáculos, as estratégias...* (usp.br)>. Acesso em: 31-08-2022.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e Clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. 2. ed. v. 4. São Paulo: Editora 34, 2012.

DELIGNY, Fernand. **O Aracniano e outros textos**. São Paulo: N-1 Edições, 2015.

DELIGNY, Fernand. Cahiers de L'Immuable. In: DELIGNY, Fernand. **Oeuvres**. Paris: L'Arachnéen, 2018. p. 797-1030.

FABRIS, Elí T.; KLEIN, Rejane Ramos (Org.). **Inclusão e biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 15-24.

FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 9.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

GIL, José. Corpo paradoxal. In: LINS, Daniel; GADELHA, Sylvio. **Nietzsche e Deleuze: o que pode o corpo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 131-148.

JANNUZZI, Gilberta M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3.ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2012.

JÚNIOR, Lanna; MARTINS, Mário Cléber (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**.

Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

Disponível em:

[https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/21097\\_arquivo.pdf](https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/21097_arquivo.pdf). Acesso em: 31 ago. 2022.

LOPES, Maura C. A inclusão como ficção moderna. **Revista de Pedagogia**, UNOESC, v.3., n. 6, p. 7-20, 2004.

LOPES, Maura C.; VEIGA-NETO, Alfredo. Acima de tudo que a escola nos ensine. Em defesa da escola de surdos. **TD-Educação Temática Digital**, Campinas, v.19, n. 4, p. 691-704, out./dez. 2017.

MAGNABOSCO, Molise de Bem; SOUZA, Leonardo Lemos de. Aproximações possíveis entre os estudos da deficiência e as teorias feministas e de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, e56147, 2019.

- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MAZZOTTA, M. J. da S. **Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1996.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, Medellín, v. 22, n. 57, p. 93-109, maio/ago., 2010.
- ORTEGA, Francisco. Práticas de ascese corporal e constituição de bioidentidades. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 11, n. 1, p.55-77, 2003.
- ORTEGA, Francisco. Deficiência, autismo e neurodiversidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 1, p. 67-77, 2009.
- PAGNI, Pedro A. A deficiência em sua radicalidade ontológica e suas implicações éticas para as políticas de inclusão escolar. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, p. 312-338, 2017.
- PAGNI, Pedro A. **Experiência, transversalidade e deficiência: desafios da arte de viver à educação escolar.** Curitiba: Editora CRV, 2018.
- PAGNI, Pedro A. **Biopolítica, deficiência e educação: outros olhares sobre a inclusão escolar.** São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- PAGNI, Pedro A. Dez Anos da PNEEPEI: uma análise pela perspectiva da biopolítica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, e84849, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/183826>. Acesso em: 01 out. 2020.

PAGNI, Pedro A. Ingovernável da deficiência, sua radicalidade ontológica e seus devires clandestinos na educação e na filosofia. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, p. 157–178. <https://doi.org/10.18764/2447-6498.v7n2p157-178>, 2021.

PAGNI, Pedro A.; MARTINS, Vanessa R. O. Corpo e expressividade como marcas constitutivas da diferença ou do ethos surdo. **Revista educação especial**, Santa Maria, v.32, p.88 -111, 2019.

RABINOW, Paul. **Antropologia da razão**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

RECH, Tatiana Luiza. A emergência da inclusão escolar no Brasil. In: THOMAZ, Adriana da Silva; HILLESCHHEIM, Betina (Org.). **Políticas de inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011, p. 19-34.

ROCHA, Eucenir Fredini. **Corpo deficiente: em busca da reabilitação?** - Uma reflexão a partir da ótica das pessoas portadoras de deficiências físicas. 1991. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000735143>. Acesso em: 31 ago. 2022.

SANTOS, Iolanda M.; KLAUS, Viviane. A inclusão e o sujeito empresário de si. In: FABRIS, Eli T. H.; KLEIN, Rejane R. (Org.). **Inclusão e biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: Editora WVA, 1997.

STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002.

TERRA. **Desigualdade no Brasil atinge mais duramente pessoas com deficiência, mostra IBGE**. São Paulo: Portal Terra, 21 de setembro de 2022. Disponível em:  
[https://www.terra.com.br/nos/desigualdade-no-brasil-atinge-mais-duramente-pessoas-com-deficiencia-mostra-ibge,0be89fb0a84f72c0b9e99b656727ef5dalbykuu7.html#:~:text=Considerada%20um%20dos%20maiores%20problemas,Geografia%20e%20Estat%3%ADstica%20\(IBGE\)](https://www.terra.com.br/nos/desigualdade-no-brasil-atinge-mais-duramente-pessoas-com-deficiencia-mostra-ibge,0be89fb0a84f72c0b9e99b656727ef5dalbykuu7.html#:~:text=Considerada%20um%20dos%20maiores%20problemas,Geografia%20e%20Estat%3%ADstica%20(IBGE).). Acesso em: 02 out. 2022.